

# Questões de Democracia

Revista  
Eletrônica  
da  
USIA

Julho de  
1997

Vol. 2 No. 3

*Relações Entre  
O Meio Civil E O  
Meio Militar Em  
Uma Democracia*

# Dos Editores

*Relações Entre  
O Meio Civil  
E O Meio Militar  
Em Uma  
Democracia.*

O<sup>s</sup> Estados Unidos nunca tiveram golpes militares e nem governos militares autoritários, o que é uma raridade entre os países do mundo. Alguns podem dizer que George Washington estabeleceu o precedente, recusando-se a apoiar suas tropas quando as mesmas se amotinaram por não terem recebido seus salários, pouco depois da Revolução. Outros podem argumentar que essa é a vontade do povo americano que, em épocas boas ou ruins, sempre optou por manter as rédeas das forças armadas nas mãos dos civis. Seja qual for o motivo, esta exclusiva tradição americana do cidadão-soldado funciona há mais de 200 anos.

No mundo moderno, entretanto, o papel do cidadão-soldado está sempre sofrendo mudanças. Os soldados atuais frequentemente acabam construindo pontes em missão de paz, ao invés de fazê-lo com objetivos militares.



Fotografia de Terry Mitchel (PHCM, Combat Camera, Marinha dos Estados Unidos)

Os soldados também prestam ajuda em exercícios cujo objetivo é unir militares e civis em missões humanitárias, de manutenção de paz, e de busca e salvamento.

Nesta edição, H. Allen Holmes, secretário-assistente de Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade, enfatiza a importância das relações entre civis e militares e o seu futuro em um mundo que está constantemente mudando. O historiador militar David F. Trask fala sobre a visão histórica dos Estados Unidos a respeito do controle civil das forças armadas até a Segunda Guerra Mundial, a partir de uma versão adaptada do panfleto da USIA, *Democracy and Defense: Civilian Control of the Military in the United States*. (Democracia e Defesa: Controle Civil das Forças

Armadas nos Estados Unidos). Do período posterior à Guerra Fria até a atualidade, Louis W. Goodman, reitor da *School of International Service* (Escola de Serviços Internacionais) da American University, continua a enfatizar as relações entre civis e militares em uma democracia, e examina seu futuro. Finalmente, em uma entrevista com o General John Sheehan, comandante-em-chefe das forças aliadas para o Atlântico, nosso colaborador David Pitts pergunta como a iniciativa da OTAN, Parceria Para a Paz, tem ajudado os países participantes a fortalecer as relações entre civis e militares nos estados democráticos que surgiram recentemente.

Um enfermeiro americano trata de uma criança somali durante um programa de ação cívica médica em Mogadíscio. Os soldados de hoje frequentemente acabam participando do esforço para a manutenção da paz ao invés de estarem se preparando para a guerra.

# Questões de Democracia

Revista Eletrônica

da U.S.

Information Agency

(Agência de

Informações

dos

Estados Unidos)

## Índice

## *Relações Entre O Meio Civil E O Meio Militar Em Uma Democracia.*

### Ê N F A S E

#### **Assuntos Cívicos: Refletindo Sobre o Futuro. . . . . 6**

Em um discurso na *1997 Worldwide Civil Affairs Conference* (Conferência Mundial de Assuntos Cívicos de 1997), H. Allen Holmes, secretário assistente de Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade, examina a importância das relações entre civis e militares no mundo, tanto nos dias de hoje quanto no futuro.

#### **Democracia E Defesa: Controle Civil Das Forças Armadas Nos Estados Unidos . . . . . 11**

Em uma versão adaptada do panfleto da USIA, *Democracy and Defense: Civilian Control of the Military in the United States* (Democracia e Defesa: Controle Civil das Forças Armadas nos Estados Unidos), o ex-historiador chefe do *U.S. Army Center of Military History*, (Centro de História Militar do Exército dos Estados Unidos), David F. Trask, comenta as relações entre os civis e os militares nos Estados Unidos do início da República até a Segunda Guerra Mundial.

### C O M E N T Á R I O

#### **Relações Entre Os Civis E Os Militares No Período Posterior À Guerra Fria . . . . . 19**

Louis W. Goodman, reitor da *School of International Service* (Escola de Serviços Internacionais) da American University, enfatiza as relações entre civis e militares a partir do período posterior à Guerra Fria, e examina o futuro das mesmas em um mundo que está constantemente sofrendo mudanças.

**Parceria Para a Paz . . . . . 23**

Nosso colaborador David Pitts, em uma entrevista com o General John Sheehan, comandante-em-chefe das forças aliadas para o Atlântico, analisa as circunstâncias nas quais a iniciativa da OTAN, Parceria Para a Paz, tem contribuído para que os países participantes fortaleçam as relações entre civis e militares nos novos estados democráticos da Europa.

**D E P A R T A M E N T O S**

**Bibliografia . . . . . 26**

Livros e artigos recentes sobre relações entre civis e militares

**Sites na Internet . . . . . 29**

Sites na *World Wide Web* que abordam questões referentes à democracia e direitos humanos, incluindo temas associados às relações entre civis e militares. As opiniões apresentadas em outros sites da Internet aqui relacionados não representam, necessariamente, a opinião do governo dos Estados Unidos.

## Questões de Democracia

Revista	Vol. 2 No. 3	Jornalista Responsável . . . . . Judith S. Siegel
Electrônica da U.S.	Agência de	Editor . . . . . Mark Smith
Information Agency	Informações dos	Editora Executiva . . . . . Deborah M.S. Brown
(Agência de	Estados Unidos	Editor Associado . . . . . Wayne Hall
Informações dos	ejdemos@usia.gov	Editora de Internet . . . . . Victoria Silverman
Estados Unidos)	Julho de	Colaborador . . . . . David Pitts
	1997	Assistente de Edição . . . . . Pat Faunce
		Especialistas em Referências . . . . . Carol Norton
		. . . . . Barbara Sanders
		Diretora de Arte . . . . . Diane Woolverton
		Programadora Visual . . . . . Sylvia Scott
		Conselho Editorial . . . . . Howard Cincotta
		. . . . . Rosemary Crockett
		. . . . . Judith S. Siegel

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões que afetam os Estados Unidos e a comunidade internacional. As revistas *ECONOMIC PERSPECTIVES* (Perspectivas Econômicas), *Global Issues* (Assuntos Globais), *Issues Of Democracy* (Questões de Democracia), *U.S. Foreign Policy Agenda* (Agenda Da Política Externa Dos Estados Unidos), e *U.S. Society & Values* (Sociedade E Valores dos Estados Unidos) apresentam análises, comentários, e informações de caráter geral em suas áreas temáticas. Versões em árabe, francês, português, espanhol, e russo são divulgadas aproximadamente duas semanas após a publicação da versão em inglês. As opiniões apresentadas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões e políticas do governo norte americano. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a não ser que haja restrições de copyright mencionadas em alguma parte dos mesmos.

Os números atuais ou anteriores das revistas podem ser encontrados no seguinte endereço: <http://www.usia.gov/journals/journals.htm> ou na Home Page do U.S. Information Service (USIS) (Serviço de Informações dos Estados Unidos) na World Wide Web. Eles se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o downloading, e a impressão. Os comentários serão bem recebidos no escritório mais próximo do USIS ou nos

escritórios editoriais: Editor, *Issues of Democracy*, *Democracy and Human Rights* - I/ITDHR, U.S. Information Agency, 301 4th Street, S.W. Washington, D.C. 20547, United States of America Você pode enviar o seu E-mail para este endereço: [ejdemos@usia.gov](mailto:ejdemos@usia.gov)

Por favor observe esta modificação no nosso sistema de numeração: No volume um, as edições das revistas eram numeradas sequencialmente como um grupo. No volume dois, cada edição é numerada separadamente em sequência.

# Assuntos Cívicos: *Refletindo Sobre o Futuro*

*H. Allen Holmes*

Em um mundo no qual os conflitos militares estão ficando cada vez mais raros, as forças armadas norte-americanas se dedicam cada vez mais à recuperação de estruturas devastadas pela guerra, como a reconstrução de pontes, escavação de poços e a remoção de minas terrestres de áreas agrícolas. Em um discurso na *1997 Worldwide Civil Affairs Conference* (Conferência Mundial de Assuntos Cívicos de 1997), o secretário assistente de Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade descreve as dimensões cívicas das operações militares atuais em muitas partes do mundo.

**A**o nos aproximarmos do Século XXI, os Estados Unidos estão lidando com uma situação dinâmica e incerta no que se refere à segurança. Estamos em um período de oportunidade estratégica. Com o fim da Guerra Fria e a dissolução do Pacto de Varsóvia, a ameaça de guerra mundial diminuiu muito. Os valores que cultivamos - democracia e economia de mercado - estão sendo adotados em muitas partes do mundo. Enquanto isso, a economia mundial, que está constantemente passando por mudanças, e a proliferação de sistemas internacionais de informações continuam a transformar a cultura, o comércio e as interações globais.

No entanto, o mundo continua sendo um lugar muito incerto, com ameaças cada vez mais complexas e perigosas à segurança nacional. Continuamos a enfrentar uma variedade de graves perigos em âmbito regional, no Sudeste da Ásia, no Oriente Médio e no Leste da Ásia. Além disso, como vimos na Somália, na antiga Iugoslávia, e mais recentemente, em lugares como o Zaire, estados fracassados ou em processo de desagregação ameaçam criar instabilidade, conflitos internos e crises humanitárias. Em alguns casos, os governos perdem a capacidade

de manter a ordem pública e atender às necessidades dos seus povos, criando as condições que levam a perturbações internas, fome, grandes fluxos migratórios através de fronteiras internacionais, e agressões por parte de países vizinhos.

Neste contexto, o trabalho de nossas forças de assuntos civis tem se destacado cada vez mais. Em apenas quatro anos, temos visto uma importância cada vez maior dos assuntos civis nas operações militares, ao invés da guerra. Além disso, reconhecendo o valor dos assuntos civis, os oficiais de estado-maior e de planejamento das nossas forças convencionais estão se tornando cada vez mais envolvidos no planejamento das dimensões civis referentes às operações militares. Por exemplo, na Bósnia, o planejamento do apoio militar às eleições foi acompanhado pelas equipes de estratégia e política, enquanto o nosso pessoal de assuntos civis funcionava como um importante elemento de ligação entre os planejadores militares e civis.

Nos últimos anos, muitos países fora dos Estados Unidos têm tido a oportunidade de conhecer o valor das missões americanas de assuntos civis, e estão incorporando esses tipos de habilidades às suas próprias forças armadas, usando nossas forças de assuntos civis como modelo. Alguns países já reconheceram a importância dos assuntos civis e enviaram membros das suas forças armadas à *U.S. Army John F. Kennedy Special Warfare Center and School* (Centro e Escola de Guerra Especializada John F. Kennedy, do Exército dos Estados Unidos), solicitaram a visita de equipes móveis de treinamento, e visitaram nossas unidades de assuntos civis, com o intuito de compreender o que torna nossos assuntos civis tão úteis para os comandantes militares. Dois dos nossos principais aliados, o Reino Unido e a República da Coreia, estão aqui representados, nesta conferência mundial. Outros, incluindo a França e a Alemanha, já se mostraram particularmente interessados.

Um dos nossos desafios no futuro será a preparação de nossas unidades de assuntos

civis para trabalhar a partir de uma perspectiva multi-nacional. É necessário que o nosso pessoal encarregado do planejamento de assuntos civis perceba, com antecipação, as diferenças entre as doutrinas de assuntos civis dos nossos aliados e esteja preparado para trabalhar em conjunto, para atingir objetivos comuns.

A Análise Quadri-Anual de Defesa, recentemente terminada, foi uma análise abrangente das necessidades de defesa dos Estados Unidos até a virada do século. Como parte dessa análise, o secretário de Defesa William Cohen estabeleceu uma visão clara para o Departamento de Defesa até o ano 2015 e apresentou o esboço de um programa de defesa baseado em estratégias, equilibrado e economicamente viável. Obedecendo a uma estratégia de segurança nacional no que se refere ao envolvimento, continuaremos a exercer forte liderança na comunidade internacional, usando todas as dimensões de nossa capacidade para responder ao espectro total de contingências, para dar forma ao ambiente internacional de segurança, e para nos prepararmos para enfrentar os desafios de um futuro incerto. Esses três componentes - responder, dar forma e preparar - representam a base estratégica tanto para a Análise Quadri-Anual de Defesa quanto para a nossa estratégia de defesa futura.

#### Respondendo às Crises

As experiências recentes no Golfo, Haiti e Bósnia demonstraram até que ponto nossas forças de operações especiais e em particular, nosso pessoal de assuntos civis, realçam a eficácia de nossas forças convencionais de combate ao responder às crises, e após o término das crises, ajudando nossos diplomatas a estabelecer o ambiente de segurança. Durante a Operação Tempestade no Deserto, por exemplo, nossas forças de operações especiais deram apoio a uma coalizão de combate de grandes proporções pela primeira vez desde que foram reconstituídas. Nossas forças de assuntos civis

tiveram uma atuação muito importante durante o estágio pós-guerra da Tempestade no Deserto, ajudando o governo do Kuwait a restaurar os serviços essenciais para a população e a reestabelecer a sua própria autoridade.

Em seguida, nossas forças de assuntos civis ajudaram a reagir a uma grande variedade de crises humanitárias que se seguiram-incluindo Proporcionar Conforto, em que nosso pessoal de assuntos civis ajudou a reassentar os curdos, e operações menores, como Refúgio no Pacífico, durante a qual ajudamos a transferir outros curdos que haviam nos transmitido informações, e outras formas de assistência, para Guam.

No Haiti, nossos soldados de assuntos civis se envolveram em atividades que variavam da restauração do fornecimento de energia elétrica no interior até atuação como consultores especialistas em 12 ministérios do governo.

Na Bósnia-Herzegovina, na fase da força de implementação (IFOR) sob a liderança de um comandante britânico, o pessoal de assuntos civis dos Estados Unidos ajudou a coordenar o envolvimento militar na reconstrução da infra-estrutura civil e na provisão de esforços assistenciais por parte de mais de 500 organizações internacionais, governamentais e não-governamentais.

Durante a IFOR, focalizamos nosso trabalho de assuntos civis nas operações de manutenção de paz e pequenos projetos comunitários nas áreas em que havia tropas estacionadas. Com a chegada da força de estabilização ou SFOR, houve uma mudança no enfoque, para objetivos de âmbito nacional. Com essa finalidade, a SFOR usa a força-tarefa civil-militar como a sua principal interface com as organizações civis, promovendo a recuperação econômica e a reconstrução do país, promovendo o retorno de refugiados, e construindo instituições duradouras para a paz. A força-tarefa, que está sendo liderada por um comandante dos Estados Unidos, tem se envolvido em literalmente centenas de pequenos projetos, apoiando a SFOR e dando continuidade

à implementação civil dos Acordos de Dayton.

Nossas experiências recentes ilustram uma possibilidade crescente de as forças armadas norte-americanas serem convocadas a participar de operações mais complexas e não-tradicionais-operações que envolvem estreita cooperação com outros órgãos do governo dos Estados Unidos, com organizações governamentais e não-governamentais, e com os nossos aliados. Dessa forma, o trabalho que fizemos no passado indica, de fato, o caminho para a situação de segurança que teremos no futuro.

Neste contexto, nossas unidades de assuntos civis têm muito a oferecer. Mas a maneira pela qual essas forças devem ser empregadas deve ser objeto de cuidadosa consideração antes de participarmos de uma operação. Parte da questão pode ser tratada durante os estágios iniciais da planeamento da operação, incorporando mecanismos para a transição das responsabilidades das nossas forças armadas para os órgãos apropriados do governo dos Estados Unidos, e finalmente, de volta para o país que nos estiver recebendo. Isso significa o envolvimento das respectivas áreas do Departamento de Estado, do Departamento de Justiça, e outros, quando estivermos planejando uma operação.

## Estabelecendo o Ambiente Internacional de Segurança

O trabalho das nossas unidades de assuntos civis no Golfo, Haiti, e Bósnia-Herzegovina demonstra como as unidades de assuntos civis podem estabelecer, com sucesso, o ambiente estratégico de segurança internacional após a resposta das nossas forças tradicionais a uma crise. Igualmente importante é o trabalho, no dia a dia, de nossas unidades de assuntos civis antes de uma crise acontecer. Os nossos esforços humanitários no trabalho de desarmamento de minas são um exemplo tocante das contribuições significativas feitas pelo nosso pessoal de assuntos civis.

A crise das minas terrestres anti-pessoais tem cobrado um pesado tributo às populações e aos governos no mundo inteiro. A recusa ou incapacidade de um país de tratar da questão da proliferação das minas anti-pessoais, além, obviamente, do sofrimento pessoal, impede que os fazendeiros usem suas terras; isso por sua vez compromete o reinício da produção agrícola, nega acesso aos mercados, reduz a confiança do público nos governos incipientes e cria muitos outros obstáculos para uma nação que está tentando curar as feridas da guerra. Além dos ferimentos causados e das despesas médicas resultantes dos mesmos, os campos minados condenam sociedades à pobreza absoluta, sem nenhuma solução aparente.

Talvez a remoção humanitária das minas seja uma das missões mais fundamentais nas quais os Estados Unidos estão envolvidos, e é uma alta prioridade para o governo Clinton. O objetivo do nosso esforço para a remoção de minas é ajudar os países a estabelecer infra-estruturas próprias, a longo prazo, que possam educar a população no sentido de se proteger contra as minas terrestres, eliminando os perigos criados pelas minas e fazendo com que as áreas minadas voltem à sua condição anterior.

O programa ajuda o país que nos recebe a desenvolver todos os aspectos de conscientização a respeito das minas e procedimento de varredura das mesmas, com a condição de que nenhum norte-americano remova minas terrestres ou entre em campos minados ativos. As forças de operações especiais são o principal recurso militar norte-americano para os programas de treinamento.

Quando nós nos reunimos no ano passado, nessa mesma época do ano, nosso pessoal de assuntos civis tinha sido recentemente incorporado a equipes de remoção de minas. Agora, os nossos soldados de assuntos civis estão começando a exercer um papel preponderante no nosso programa humanitário de remoção de minas. O pessoal de assuntos civis funciona como elemento de ligação entre

as nossas equipes de remoção de minas, o governo do país que nos recebe, e a embaixada dos Estados Unidos. Além disso, as forças de assuntos civis proporcionam as habilidades necessárias para treinar entidades locais para a remoção de minas e para manter programas auto-suficientes de longa duração, que é o objetivo final deste importante programa.

Nosso pessoal de assuntos civis também cria benefícios imediatos, diretos e tangíveis, nos países que os recebem no mundo inteiro: estradas e escolas são construídas, o caos e a confusão são minimizados e a ordem é reestabelecida. Fazendo uma diferença nas vidas da população local, o nosso pessoal de assuntos civis está ajudando a realçar a boa vontade dos Estados Unidos aos olhos do mundo - nossas forças de assuntos civis são, sem dúvida, valiosíssimos elementos multiplicadores da nossa diplomacia.

Ao contemplarmos o futuro, é essencial que mantenhamos uma presença e desenvolvamos relacionamentos em regiões que são importantes para os nossos interesses nacionais. Nosso desafio é manter uma presença militar eficaz no mundo inteiro em uma situação orçamentária mais restrita. Para fazer isso, precisamos evitar soluções de alto custo e tentar obter maior cooperação em nível internacional. Nosso pessoal de assuntos civis nos ajuda a atingir esse objetivo.

Analisando um momento na história, vemos pessoal de assuntos civis servindo em Ruanda e na Namíbia como parte de equipes humanitárias de remoção de minas, agindo com intermediários em Mali como parte de uma equipe médica, trabalhando em pequenos projetos de engenharia em Belize, continuando a ajudar no planejamento das eleições na Bósnia, coordenando a assistência humanitária que chega ao Camboja e também ajudando ao governo do Camboja a estabelecer a infra-estrutura capaz de prover serviços governamentais necessários ao seu povo, e trabalhando com agências não-governamentais em projetos de ação cívica no Laos, país ao qual até um ano atrás,

membros das forças armadas dos Estados Unidos tinham acesso negado.

O trabalho de nosso pessoal de assuntos civis exerce um papel preponderante na promoção da estabilidade regional, evitando ou reduzindo conflitos e ameaças, e evitando a agressão e a coação no mundo inteiro. E, por sua vez, a capacidade de exercer atividades no campo dos assuntos civis proporciona uma grande variedade de opções para os nossos comandantes regionais, nossos embaixadores, e indivíduos que elaboram os instrumentos de nossa política governamental.

#### A Preparação, Agora, Para um Futuro Incerto

Assim como as forças de operações especiais do passado, as forças de operações especiais de hoje enfrentam desafios incomuns. Elas precisam se adaptar aos desafios não- tradicionais que enfrentamos na atualidade, e ao mesmo tempo transformar a capacidade que os Estados Unidos têm de combater, e as suas estruturas de apoio para que as mesmas possam assumir a forma necessária e responder de maneira eficaz aos desafios do futuro.

Para estarmos prontos para ajudar a lutar e vencer as guerras da nossa nação, para sermos capazes de executar uma variedade de operações de contingência que representam grandes desafios, e para podermos ajudar nossos amigos e aliados do Terceiro Mundo a estabelecer um ambiente seguro, precisamos, continuamente, desenvolver novas táticas e equipamentos que possam lidar com as artes da guerra da Nova Era que enfrentaremos no Século XXI.

Devemos prever que nossos adversários usarão, cada vez mais, meios assimétricos ou abordagens não-convencionais para contornar ou comprometer nossas forças, explorando, ao mesmo tempo, nossa vulnerabilidade. Para poder evitar o conflito militar direto com os Estados Unidos, nossos adversários podem nos ameaçar com o uso do terrorismo, armas de destruição de massa, ou guerra de informação,

para atingir seus objetivos. Ao se deparar com uma guerra convencional, esses meios podem também ser usados para atrasar ou negar nosso acesso a instalações e recursos críticos, desorganizar nossas redes de comando e controle, impedir nossos aliados e parceiros de coalizão em potencial de auxiliar nossos esforços, ou causar baixas superiores às esperadas, com o intuito de enfraquecer a vontade na nação. Frente a essas ameaças não-militares, o trabalho de nossas forças de assuntos civis se torna ainda mais importante, pois elas compreendem melhor o setor civil do que as forças convencionais.

No ano passado, mencionei que a comunidade de assuntos civis pode exercer um papel preponderante na preparação de outros governos e seus cidadãos para administrar as consequências de um ataque terrorista. Insisto para que vocês continuem a explorar maneiras pelas quais possam contribuir nessa área.

Insisto para que ouçam atentamente os outros oradores durante esta conferência quando eles falarem sobre os desafios futuros e os recursos disponíveis que podem ajudá-los no seu trabalho. Sugiro que façam perguntas, comentários e sugestões, baseadas nas suas próprias experiências, e que apresentem novas idéias. Tudo isso será útil aos indivíduos incumbidos de criar os instrumentos de política entre os órgãos governamentais e aos comandantes-em-chefe. Assim eles terão algo para levar quando voltarem para suas casas.

Os próximos anos serão uma época em que nossas forças armadas serão testadas. A pressão sobre o orçamento de defesa será um desafio para a nossa capacidade de adaptação e de aceitar mudanças. Tenho certeza de que as atuais forças de assuntos civis possuem a criatividade, a versatilidade, e a habilidade profissional para assumir tarefas novas e não-convencionais, e que a comunidade de assuntos civis sairá fortalecida na próxima década, com uma noção renovada de suas própria missão em um mundo que está sempre mudando.

# Democracia e Defesa

## *Controle Civil das Forças Armadas nos Estados Unidos*

*David F. Trask*

Nesta versão adaptada do panfleto da USIA, o ex historiador chefe do U.S. Army Center of Military History (Centro de História Militar do Exército dos Estados Unidos), explica como o conceito do cidadão soldado em uma democracia ajuda a garantir as liberdades básicas fundamentais, sem comprometer a necessidade de uma força militar.

**E**m 1782, logo depois da Guerra Revolucionária (1775-1781), certos oficiais que achavam que tinham recebido pagamento inadequado pelos serviços prestados durante a guerra pensaram na possibilidade de fazer uma revolta militar contra o governo civil.

Na esperança de conseguir o apoio do seu comandante, eles se reuniram em Newburgh, New York, para ouvir a opinião do General George Washington. Mas Washington se recusou terminantemente a apoiar um motim militar. Ao invés disso, ele determinou a desmobilização do exército e a continuação da lealdade ao governo civil. Desde então, a liderança militar dos Estados Unidos tem aceito o controle civil.

Essa invejável tradição resulta da inabalável convicção, por parte do povo americano, de que o controle civil das forças armadas é um aspecto essencial do governo do povo, pelo povo e para o povo. Em uma democracia, a política pública é decidida pela maioria, e é aplicada na forma da lei e não pela força bruta. O controle civil das forças armadas ajuda a garantir que as decisões a respeito da política de defesa não

comprometam os valores democráticos fundamentais, como a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade religiosa.

No entanto, conforme reconhecido por George Washington, as nações democráticas como os Estados Unidos devem manter forças armadas. De tempos em tempos, ameaças externas ocorrem. Ocasionalmente, conflitos internos também ocorrem como por exemplo a Guerra Civil Americana e o governo deve responder a esses conflitos, expandindo as forças armadas. Essas circunstâncias já criaram tensões entre os líderes militares e civis, mas estes últimos sempre prevaleceram.

Alguns critérios têm norteado as relações entre os civis e os militares nos Estados Unidos desde os primórdios da nação. Louis Smith, um destacado estudante das relações entre civis e militares, conseguiu resumí las de maneira eficaz. Elas incluem:

- ▶ Liderança civil do poder executivo do governo. A liderança nacional se reporta a uma maioria popular através de eleições frequentes e regulares.
- ▶ Liderança civil dos serviços e departamentos militares profissionais. Os chefes militares profissionais do exército, marinha e força aérea são subordinados a chefes de departamentos civis, que são indicados pelo presidente e confirmados pelo Congresso. Em outras palavras, o executivo civil fica no topo da hierarquia do comando militar, apoiado por subordinados civis que supervisionam as atividades do dia a dia das forças armadas.
- ▶ Dispositivos estatutários para estabelecer as políticas fundamentais de segurança nacional. Os representantes eleitos do povo promulgam leis que definem a defesa,

a organização e as políticas da nação. O chefe do poder executivo aplica essas normas. Nos Estados Unidos, a Constituição proporciona normas básicas, e o Congresso cria a legislação que define o alcance da atividade militar.

- ▶ Defesa jurídica do controle civil. O poder judiciário impede as forças armadas de comprometer as liberdades civis, incluindo as liberdades dos membros das próprias forças armadas. Nos Estados Unidos, o Tribunal Superior tem o poder de ouvir casos que envolvam a não-observância militar dos direitos dos cidadãos.

Como os americanos estabeleceram o poder civil sobre as forças armadas? Como eles conseguiram preservar tal controle apesar dos significativos desafios à segurança nacional em vários pontos nos últimos duzentos anos?

## A CONSTITUIÇÃO E O CONTROLE CIVIL

A defesa bem sucedida das colônias americanas durante a era colonial fortaleceu a convicção local de que uma milícia de voluntários era suficiente e de que um exército permanente não era necessário para garantir a segurança. Os legislativos coloniais, que tinham controle sobre o orçamento, provaram ser eficazes na preservação do controle sobre assuntos militares e na resistência à Coroa Britânica. Esses órgãos se tornaram os principais defensores das idéias americanas sobre os perigos das organizações militares permanentes, e eram também os principais defensores das restrições civis sobre as forças armadas.

Assim, durante a Revolução, o controle civil das forças armadas se tornou



Crédito: Bettman Archives (Arquivo Bettman)

um atributo indispensável da liberdade, e portanto, da democracia. Ele também reafirmou que os cidadãos soldados, chamados às armas em emergências, podiam prover os efetivos militares necessários sem ameaçar o bem estar do estado ou dos valores civis.

Em 1787, quando a Convenção Constituinte se reuniu na Filadélfia, Pensilvânia, ela dedicou uma atenção considerável à questão da defesa nacional. Os Fundadores procuraram equilibrar, de um lado, a necessidade de proporcionar o poder necessário ao governo central para que este pudesse garantir a segurança nacional, e de outro, o desejo de manter as liberdades civis e políticas.

Vários dispositivos estruturais escolhidos pelos Fundadores para impedir o surgimento de um governo central excessivamente poderoso afetaram as partes da Constituição que tratam das forças armadas:

- O Artigo II, Seção 2 da Constituição atribui ao presidente duas funções: a

de chefe do poder executivo e a de comandante em chefe das forças armadas. Isso garante que o principal executivo da nação permaneça no topo da hierarquia de comando militar e que, através da autoridade de comando, garanta o controle civil sobre a elaboração da política militar.

- O Artigo I, Seção 8, da Constituição atribui ao legislativo o poder de "prover a Defesa comum" relacionando poderes específicos, como por exemplo "Declarar Guerra", "Estabelecer e manter Exércitos", e "Prover e manter uma Marinha". Esses dispositivos impedem o poder executivo de fazer guerra sem o consentimento do poder legislativo.

A Declaração dos Direitos também inclui dois itens de considerável importância para as forças armadas:

*Leitura da Declaração de Independência para os soldados, em 1776*

- ▶ A Segunda Emenda reforça o papel do cidadão soldado, isto é, "o direito do povo de manter e portar Armas".
- ▶ A Terceira Emenda protege os cidadãos dos Estados Unidos contra o costume pré revolucionário de alojar soldados em residências particulares "sem o consentimento do Proprietário".

A Terceira Emenda protege os cidadãos dos Estados Unidos contra o costume pré revolucionário de alojar soldados em residências particulares "sem o consentimento do Proprietário".

Com exceção da Guerra Civil Americana, talvez o fato que mais contribuiu para o contínuo comprometimento com o controle civil tenha sido a ausência de ameaças significativas e constantes à segurança nacional dos Estados Unidos até o Século XX. O estável equilíbrio do poder na Europa desde a derrota de Napoleão até 1914 contribuiu imensamente para a segurança dos Estados Unidos. Tal equilíbrio não estimulou a Europa a se intrometer nos negócios do Novo Mundo, e permitiu que os americanos se concentrassem nos seus assuntos internos: a consolidação política, a expansão rumo ao oeste, e o crescimento econômico. A nação só precisava de pequenas forças armadas que se concentrassem em missões de tempo de paz, porque ela podia contar com barreiras geográficas a imensidão dos oceanos que a cercavam para garantir a segurança.

Nessas circunstâncias, a preferência nacional por cidadãos soldados, ao invés de profissionais que servissem por longos períodos, permaneceu firme. Em 1826, um secretário da guerra resumiu a opinião popular com precisão: "Entre as máximas políticas que os Estados Unidos adotaram como inquestionáveis, nenhuma é mais universalmente aceita do que esta: uma milícia bem organizada e bem disciplinada é a defesa natural de um povo livre."

## A Guerra Civil E O Período Posterior

A Guerra Civil Americana de 1861 a 1865 forçou ambos os lados a colocar numerosos exércitos profissionais no campo e a devotar a maior parte dos seus recursos ao esforço de guerra. O princípio do controle civil, que havia se mantido por um período surpreendentemente longo em tempo de paz, foi submetido a uma prova. O que aconteceria durante uma grave emergência nacional: as prioridades e valores militares superariam as instituições civis estabelecidas?

O presidente Abraham Lincoln fez muito uso dos seus poderes como comandante em chefe. Nenhum chefe do poder executivo antes dele havia enfrentado um desafio comparável; ninguém havia previsto as medidas extraordinárias, tanto no âmbito civil quanto militar, que se fariam necessárias em uma grande guerra. Lincoln precisou colocar em campo um enorme exército e construir uma poderosa marinha. Apesar desse enorme esforço de guerra, ele foi firme ao preservar o controle civil das forças armadas. Durante a sua longa procura por um comandante eficaz do Exército do Potomac, Lincoln, em comunicações aos comandantes de campo, nunca hesitou em enfatizar a sua supremacia. Além disso, quando, no final da guerra, o exército confederado comandado pelo general Robert E. Lee estava prestes a se render, o presidente enviou uma seca mensagem, através do seu secretário, para o seu comandante de campo, o general Ulysses S. Grant, que dava uma boa idéia das opiniões do presidente sobre essa questão. "Você não deverá decidir, discutir ou deliberar (com o General Lee) sobre nenhuma questão política," Lincoln disse. "O presidente detém essas questões em suas próprias mãos e não as submeterá a nenhuma conferência ou convenção militar."



Crédito: National Archives (Arquivo Nacional)

As vezes, o uso que Lincoln fazia de seus poderes como comandante em chefe parecia ameaçar as liberdades civis. Ele suspendeu o direito ao habeas corpus (a medida cautelar de direito comum que impede a prisão sem julgamento) e autorizou o uso de tribunais militares para julgar cidadãos acusados de apoiar a rebelião. Só depois da gu, o poder judiciário federal impôs sua autoridade e sobrepujou algumas graves violações das liberdades pessoais ocorridas durante o conflito. Entre outras coisas, os tribunais limitaram o alcance da lei marcial e impediram o processo de prisioneiros políticos. Mesmo em um momento de máximo perigo, os valores democráticos fundamentais com os quais a nação havia se comprometido foram mantidos.

Embora o presidente confederado Jefferson Davis tivesse denunciado a "tirania" de Lincoln, em 1862 ele obteve, do seu próprio Congresso, o poder de suspender o mandado de habeas corpus. No entanto, as autoridades civis do sul temiam tanto a

interferência do governo confederado que chegaram a limitar os poderes de Davis na condução da Guerra de Secessão.

A Guerra Civil foi considerada uma catástrofe única. O público não via necessidade de fazer mudanças permanentes nas políticas e práticas militares em reação a a uma ameaça que nunca se manifestaria novamente. Pouco depois do término das hostilidades, as poderosas forças do tempo de guerra foram desmobilizadas e as forças armadas retornaram à condição em que se encontravam antes da guerra.

No final do Século XIX, os Estados Unidos tinham sido reconhecidos como uma das grandes potências, levando se em consideração parâmetros de força tais como produção industrial, riqueza da nação e população, mas as suas forças armadas eram muito inferiores às dos seus rivais. Essa

*O 69º Regimento de Nova Iorque se prepara para defender Washington. Embora os Confederados estivessem a poucos quilômetros da capital, eles não atacaram.*



Crédito: Fotografias do Exército dos Estados Unidos.

circunstância refletia a continuidade da convicção de que a nação, graças à proteção oferecida pelos grandes oceanos e regiões polares, podia evitar o envolvimento em guerras, e portanto, podia também evitar o custo de forças armadas grandes e altamente profissionais, prontas para o combate, comparáveis àquelas mantidas por outras grandes potências.

### As Duas Guerras Mundiais

Quando as guerras são raras e causam poucos problemas, é fácil estabelecer e manter o controle civil das forças armadas. As numerosas guerras no período posterior a 1914, contudo, aumentaram em muito a prioridade e o prestígio atribuídos às forças armadas. Portanto, o que aconteceu ao controle civil nas duas guerras mundiais?

A intervenção dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial em abril de 1917 marcou o rompimento com a política de segurança da nação, vigente até então. Uma preocupação maior com a segurança nacional

requeria melhorias nos meios de coordenar os esforços do setor civil e do complexo militar, pois ambos se depararam com a tarefa de conduzir uma rápida mobilização em uma escala jamais imaginada. No lado militar, os Departamentos da Guerra e da Marinha passaram por uma reorganização e expansão. Do lado civil, o presidente Woodrow Wilson criou muitos órgãos governamentais de emergência para mobilizar e posicionar as forças armadas o mais rapidamente possível.

Uma clara divisão da responsabilidade pelo esforço de guerra surgiu durante o curto período de combate, de abril de 1917 a novembro de 1918. Por um lado, os líderes militares tiveram considerável liberdade de ação na condução das operações de campo quando as medidas táticas não comprometiam os objetivos políticos maiores da nação. Por outro lado, os líderes civis controlaram, em grande parte, a

*O General John J. Pershing (à esquerda) e o Coronel George C. Marshall na França durante a Primeira Guerra Mundial. Pershing discordou da política de armistício do Presidente Wilson, mas o general não foi formalmente punido após a guerra.*



Crédito: Fotografias do Exército dos Estados Unidos.

mobilização, trabalhando lado a lado com os departamentos militares.

Apesar do notável aumento no tamanho e prestígio das forças armadas, nunca se abriu mão do controle civil durante a Primeira Guerra Mundial. Wilson se manteve com firmeza no controle das forças armadas, agindo através dos chefes civis dos departamentos militares. Somente se verificou uma falha no padrão tradicional. Pouco antes do fim da guerra, o general John J. Pershing, comandante em chefe das Forças Expedicionárias Americanas, rompeu com a política de Wilson de tentar obter o armistício com a Alemanha. No entanto, após a guerra, Wilson não puniu Pershing.

Algumas violações das liberdades civis ocorreram durante a guerra. Elementos partidários de políticas radicais, indivíduos que se opunham à guerra, e americanos de origem alemã algumas vezes foram perseguidos, pois a paixão popular superou o bom senso devido à intensidade do conflito. Felizmente, o judiciário, da mesma forma que

havia agido durante a Guerra Civil, conseguiu atenuar alguns desses graves erros, e posteriormente, apresentar pedidos formais de desculpas.

Além da rejeição, por parte do Senado, do Tratado de Versalhes, e portanto, da Liga das Nações, o povo americano era contrário à posição de Wilson, que desejava romper radicalmente com a velha política externa de isolamento. Ainda não convencidos de que os Estados Unidos deviam participar, em grande escala, das questões do Velho Mundo para garantir a segurança da América, os americanos também relutavam em manter grandes forças armadas prontas para entrar em combate, para apoiar uma política externa ativista. Portanto, durante o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos retornaram à sua política do Século XIX, caracterizada

*O Comandante Supremo das Forças Aliadas, Dwight D. Eisenhower (centro) conversa com o General Omar Bradley (à esquerda) e o General George S. Patton, durante a Segunda Guerra Mundial. Embora Eisenhower tenha comandado as tropas, ele obedeceu à política civil.*

pelo isolamento.

O desenrolar dos acontecimentos durante a Segunda Guerra Mundial foi similar ao daqueles da Primeira Guerra Mundial, sob muitos aspectos. Após o precedente aberto durante 1917-18, o presidente Franklin D. Roosevelt criou muitos órgãos governamentais de emergência para administrar o que ele chamava de "o arsenal da democracia". Os líderes profissionais das forças armadas se uniram, formando o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (Joint Chiefs of Staff), que organizava a cooperação entre as forças armadas, e se encarregava da distribuição dos recursos entre os teatros de operações. Embora os civis dominassem os órgãos governamentais de emergência, os líderes militares uniformizados continuavam à vontade para dirigir as operações no campo, desde que as suas ações estivessem em conformidade com a política e a estratégia do presidente.

Embora a crise dos tempos de guerra tenha realçado a participação dos militares no planejamento e tomada de decisões em nível nacional, os líderes militares não apresentaram nenhuma tendência a sobrepujar a influência civil apropriada. O complexo de defesa, ampliado em grande escala, possuía muitos civis e cidadãos soldados, que se identificavam com as tradições estabelecidas de controle civil. Da mesma forma como havia agido durante a Primeira Guerra Mundial, o judiciário impôs sua autoridade para controlar as violações dos direitos civis. Após o término da guerra, indenizações foram distribuídas duas vezes aos americanos de origem japonesa, para compensá-los, pelo menos parcialmente, pelo seu internamento durante a guerra.

## Conclusão

A que se deve a preservação e até mesmo o fortalecimento do controle das

forças armadas dos Estados Unidos por parte de civis?

Os americanos vêm a expansão das instituições militares como uma medida inevitável para garantir a preservação de suas liberdades. Eles consideram o controle civil das forças armadas um aspecto indispensável do processo democrático que procuram preservar.

Durante os últimos anos do Século XIX, e no Século XX, as forças armadas dos Estados Unidos se profissionalizaram por completo. O profissionalismo exige que cada oficial tenha um compromisso com a excelência profissional a observância dos mais altos padrões técnicos do campo que ele ou ela tiver escolhido. Portanto, por definição, o profissionalismo inclui o compromisso com o controle civil das forças armadas.

Tanto os compromissos ideológicos quanto as doutrinas profissionais ajudaram a evitar a influência militar indevida no governo dos Estados Unidos, durante a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial. A preservação do controle civil não se originou de forças impessoais. Ela é fruto do comprometimento ativo e permanente, tanto dos civis quanto dos militares, com uma idéia que tem se mantido válida, nos bons e maus momentos.

Louis Smith escreveu que "o domínio civil, não importa o lastro que possa ter na Constituição e nos estatutos, não se implementa pelas suas próprias forças. Como qualquer outro princípio, ele deve ser tratado com carinho na mente do povo, para que possa se manter. Como qualquer política, precisa ser convertido em uma administração eficaz". A experiência nacional dos Estados Unidos no que se refere ao relacionamento entre civis e militares confirma esse julgamento.

# Relações Entre Os Civis E Os Militares no Período Posterior à Guerra Fria

*Louis W. Goodman*

D.C., explora as mudanças nas relações entre civis e militares após o fim da Guerra Fria e contempla o futuro, analisando o que é necessário para que esse relacionamento seja preservado.

**D**e 1985 até o presente, o número de homens e mulheres nas forças armadas dos países, no mundo inteiro, diminuiu em mais de 15 por cento e os gastos com as forças armadas em geral foram cortados em mais do dobro dessa porcentagem. Embora esses números reflitam os cortes efetuados em países com grandes forças armadas, como os Estados Unidos e a extinta União Soviética, reduções substanciais também foram feitas em países tão diversos quanto El Salvador e Argentina, Gana e Africa do Sul, e India e Vietnam.

Esses cortes se devem, principalmente, às mudanças no ambiente de segurança ocorridas após o colapso da União Soviética. Com poucas exceções, já não há mais necessidade de se posicionar grandes forças de combate ou de mantê las sempre prontas para entrar em ação. Os Estados Unidos, a Rússia, e a maior parte dos seus aliados, incluindo muitos países em processo de democratização, iniciaram programas abrangentes de diminuição de forças armadas e de conversão de estruturas de defesa.

Apesar das reduções, no entanto, o complexo militar é a maior, mais bem financiada e, geralmente, a mais bem organizada instituição em virtualmente todos os países do mundo. O orçamento militar supera facilmente aquele da próxima organização em tamanho, seja ela um ministério do governo ou uma empresa privada. Quais são as implicações para as relações entre civis e militares no mundo inteiro, especialmente nos países em processo de democratização com sistemas políticos frágeis? Quem está no comando? Há controle civil suficiente sobre as forças armadas para garantir que não haverá interferência militar no funcionamento dos governos em geral?

#### Indicadores Da Democracia

Que tipo de indicadores podemos procurar para responder a tais perguntas? A América Latina talvez apresente o melhor registro histórico. Em 1979, 19 governos no continente entre a Terra do Fogo, na extremidade da Argentina e o Rio Grande, na fronteira do Texas com o México tinham oficiais das forças armadas como chefes de estado. Hoje não há nenhum. De fato, o único golpe militar bem sucedido no hemisfério ocidental desde o fim da Guerra Fria ocorreu no Haiti, onde o poder civil foi restaurado em 1994.

Para apoiar esses indicadores, a Organização dos Estados Americanos, no seu Compromisso com a Democracia, em Santiago, em 1991 (1991 Santiago Commitment to Democracy), deu ordens diretas ao seu secretário geral para criar incentivos para restaurar a democracia em qualquer país onde um regime democrático tenha sido derrubado pelas forças armadas.

Embora alguns países em outras partes do mundo estejam menos empenhados em fortalecer a capacidade de

suas organizações regionais para apoiar a democracia, os governos militares como os da Nigéria e da Birmânia, e os golpes militares como o que ocorreu em Serra Leoa em 1997 são exceções, e não a regra.

No mundo posterior à Guerra Fria, golpes e governos militares são tão raros que medidas mais sutis precisam ser encontradas para compreender se as forças armadas de uma nação estão fortalecendo ou enfraquecendo a sua democracia. Embora seja imperativo que as forças armadas, como todos os órgãos governamentais ligados ao poder executivo em uma democracia, respeitem a lei estabelecida e recebam ordens da autoridade máxima eleita da nação, é igualmente importante que os órgãos não-militares não interfiram sutilmente nas forças armadas através do controle civil de funções militares específicas.

#### Missões De Transição

Com civis no poder nominal da vasta maioria dos governos no período posterior à Guerra Fria, como uma nação pode avaliar a natureza das suas relações entre civis e militares? Uma resposta essencial é se as forças armadas assumem responsabilidade em excesso ou muito pouca responsabilidade dentro do sistema político de um país.

Embora a principal finalidade das forças militares do mundo continue a ser proporcionar a segurança nacional, a redução nas forças armadas resultou na atribuição de novas funções às mesmas. Essas funções variam desde o auxílio às forças policiais na manutenção da ordem interna, ao combate aos danos ao meio ambiente, até a prestação de serviços básicos de saúde e educação, e a construção de estradas e pontes.

A segunda missão militar tradicional, de apoio em caso de desastres proporcionar

alimentos de emergência, abrigo, assistência médica e segurança às vítimas de inundações, tempestades, secas, terremotos e distúrbios civis também tem ligação com a nova missão militar do período pós-Guerra Fria, de participar em operações de manutenção de paz promovendo a democracia ou resolução de conflitos no mundo inteiro, através de esforços internacionais sob os auspícios da Organização das Nações Unidas ou outro órgão internacional.

Tais missões secundárias geralmente são consideradas de curta duração ou de transição, e são cumpridas além da missão militar principal de impedir a agressão através da prontidão para o combate. Dessa forma, um prazo deve ser estabelecido para a sua volta às mãos civis; e deverá haver mecanismos de verificação, de modo que seja necessário requerer a autorização, por parte das autoridades civis (poder executivo e poder legislativo) se o prazo para essas missões de transição precisar ser ampliado.

## Verificações e Resultados

Os estatutos nacionais em muitas democracias especificam missões com restrições bem definidas para as forças armadas, assim como procedimentos precisos através dos quais exceções a essas restrições podem ser feitas quando os governos determinam que há uma emergência. No entanto, a prática política dessas normas é diferente, de acordo com a herança legal de alguns países. Alguns governos na África, Ásia e América Latina, por exemplo, adotaram estruturas legais que protegem a democracia prevendo que os presidentes, a polícia, e os oficiais das forças armadas, exerçam "poderes extraordinários" em caráter temporário; tais estruturas prevêm a suspensão das

liberdades civis e ainda, permitem que as forças armadas tenham uma função especificada na defesa (e na verdade, na definição) dos interesses permanentes da nação. Permitindo que os militares ajam como guardiões institucionalizados determinando os interesses permanentes da nação, a participação civil na política ocorre sob a ameaça de um veto militar.

Para julgar se uma determinada missão executada pelos militares fortalece ou enfraquece a democracia, é preciso que se faça algumas perguntas incisivas: a primeira delas é se uma missão militar não-tradicional reforça as perspectivas para a consolidação da democracia. Se, por exemplo, os funcionários encarregados da educação e dos serviços de saúde não conseguem levar os serviços às áreas rurais remotas, o envolvimento militar pode ser crítico para assegurar a integração nacional ou promover o desenvolvimento econômico.

Uma segunda pergunta relevante é como o envolvimento militar em uma função de não-combatentes afeta a natureza da participação das forças armadas na política nacional. Por exemplo, se o envolvimento militar na ação cívica, na segurança interna, na educação, e na economia pode ocorrer de forma que o estado ou os militares não recebam privilégios extras, podemos dizer que a execução bem sucedida dessas funções fortalece a democracia.

Há ocasiões em que parece que as forças armadas buscam seus objetivos com tanta insistência que chegam a competir diretamente pelo poder com os partidos políticos. Como elas são a maior instituição na maioria dos países do mundo, possuidora dos melhores recursos, e a mais bem organizada, as forças armadas têm uma enorme capacidade de atingir os seus objetivos se elas assim desejarem. Embora

possa ser difícil para as forças armadas conservar o apoio popular e a legitimidade necessária para fazer isso abertamente por longos períodos de tempo, elas podem causar grandes danos ao processo da construção da democracia, através da busca de seus próprios interesses por meio da intimidação, ou bloqueando abertamente o caminho dos seus rivais.

Por último, mas não menos importante, o envolvimento militar em funções de não-combatentes só pode ser considerado útil à consolidação da democracia se não prejudicar as forças armadas na sua capacidade de executar a sua missão principal: proporcionar a segurança externa da nação.

#### Peritos Na Defesa Civil

Embora no período posterior à Guerra Fria tenha havido muito progresso na eleição de civis para altos postos, ainda restam grandes hiatos nas estruturas sociais e institucionais de muitas nações. Poucos civis na maioria das democracias incipientes têm o conhecimento e a compreensão dos requisitos institucionais das forças armadas para servirem como especialistas em política de defesa civil. Tais autoridades são necessárias para interpretar as necessidades das forças armadas e para servirem como interlocutores entre as forças armadas e a sociedade.

Oficiais das forças armadas, também, que queiram assumir tarefas profissionais de cunho estritamente militar precisam de parceiros civis nos quais possam confiar para compreender as necessidades da infra estrutura das forças armadas.

Isto é particularmente importante em um mundo posterior à Guerra Fria, no qual o fim da competição entre as superpotências e as mudanças determinadas pela tecnologia

na estrutura militar estão criando uma incerteza sem precedentes para os planejadores militares no mundo inteiro. À medida que as mudanças nas operações militares favorecem forças menores e com maior mobilidade, que contam cada vez mais com tecnologias altamente sofisticadas e melhorias na capacidade militar, os oficiais das forças armadas precisam ter a certeza de que os civis responsáveis pela sua fiscalização compreendam as suas necessidades. Sem esse conhecimento, a confiança nas relações entre civis e militares pode ser facilmente comprometida. A falta dessa habilidade tem contribuído para o isolamento mútuo e para o colapso político em muitas nações.

No futuro, o ritmo rápido e a complexidade de um mundo que está sempre mudando vai exigir que as autoridades civis e militares trabalhem em estreita colaboração, para que cada parte possa compreender as necessidades da outra. Esse grande desafio é a pedra de toque para o fortalecimento das relações entre civis e militares.

.....  
Questões de Democracia Revista Eletrônica da USIA

Vol. 2, Nº 3, Julho de 1997

# Parceria Para a Paz

*Uma entrevista  
com o General  
John J. Sheehan*



*A Parceria Para a Paz (Partnership for Peace PFP) foi apresentada pela OTAN na Cúpula de Bruxelas em 1994 com o objetivo de fortalecer as relações entre a aliança do Atlântico Norte e os países que não pertencem à OTAN. Promovendo o espírito de colaboração prática e comprometimento com os princípios democráticos, os parceiros trabalham juntos para criar maior transparência em áreas como relações entre os civis e os militares e o controle democrático das forças armadas. Nesta entrevista com o colaborador David Pitts, o comandante em chefe para o Atlântico fala sobre a Parceria Para a Paz, e o que ela significa no mundo atual.*

**PERGUNTA:** Quais são alguns dos obstáculos para o controle civil das forças armadas? Obviamente, temos uma longa tradição neste ponto nos Estados Unidos e em outras democracias firmemente estabelecidas. Na sua opinião, quanto tempo é necessário para esse conceito se firmar em uma sociedade?

**RESPOSTA:** Trata se de um processo demorado. Há vários níveis de sofisticação. Há vários níveis de maturidade. Esse

processo está acontecendo em todos os países, embora em diferentes ritmos. Mais cedo ou mais tarde chegaremos lá. Portanto, estou muito otimista.

**PERGUNTA:** O que a Parceria Para a Paz está fazendo para promover o controle civil das forças armadas, particularmente nas democracias incipientes da Europa Oriental e Central e na antiga União Soviética?

**RESPOSTA:** Isso está sendo feito de duas maneiras. Primeiro, há uma série de seminários sobre a questão do controle civil das forças armadas. Por exemplo, houve um exercício conduzido aqui nos Estados Unidos em meados de junho (1997). Trouxemos pessoas que são peritos nesse assunto, incluindo antigos secretários das forças armadas. Eles falaram sobre suas funções nesse processo. Essa é uma maneira.

A outra maneira está relacionada com a situação legal das forças que estão participando dos exercícios da PFP. Por exemplo, se uma nação está fornecendo forças para um exercício da PFP, frequentemente a decisão de enviar essas forças tem que ser aprovada pelo parlamento. O parlamento também tem que votar sobre a situação dos acordos referentes às forças para essas nações em particular.

**PERGUNTA:** Há alguma atividade específica da PFP que estimule, de maneira prática, o controle civil das forças armadas?

**RESPOSTA:** O simples fato de ter as forças armadas trabalhando em conjunto já significa um estímulo prático para o controle civil das forças armadas. Por exemplo, estamos ajudando a montar um batalhão de manutenção de paz para a Ásia Central. Este é formado por tropas de três nações

diferentes Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão.

Essas nações, embora tenham feito parte da antiga União Soviética, não tinham uma tradição de cooperação. Agora estamos ajudando-as a trabalharem juntas, sob um ponto de vista regional. Portanto, dessa forma, estamos ajudando esses países a romper com algumas das divisões históricas que ali existiam.

Ainda temos alguns casos menores em que as forças de um país não podem se movimentar em outro país. O que estamos tentando fazer é pegar todas essas nações que, no passado, podem não ter se dado muito bem entre si, e ajudá-las a formar uma nova associação, de uma forma diferente.

Acho que toda essa questão de crescimento da OTAN tem ajudado, por exemplo, na discussão entre as nações vizinhas. Essa situação as ajudou-as a aliviar as tensões étnicas. Portanto, de modo geral, acho que há muitos tipos de atividades que são muito úteis quando se trata de romper com as tradições negativas e estabelecer tradições de cooperação.

**PERGUNTA:** Ao testemunhar perante o Congresso no início deste ano, o senhor falou a respeito do controle civil das forças armadas, dizendo que "a compreensão, por parte de um comandante, e a sua capacidade de dominar as dimensões culturais, econômicas e políticas de um conflito ou crise é tão importante quanto o seu domínio da tradicional solução de poder de fogo." O senhor acha que a mentalidade militarista nos antigos países soviéticos está se abrandando?

**RESPOSTA:** Trata-se de um processo de transição. Se você tiver instituições militares que, durante 50 anos cresceram com um referencial e tiveram uma

abordagem, as mudanças são muito difíceis para essas instituições. Mas achamos que as pessoas mais jovens não têm problemas com a adaptação. Por exemplo, quando fazemos um exercício da PFP, temos uma After Action Review (AAR) (Revisão Após a Ação), na qual você reúne todas as tropas e você têm uma crítica pública do que deu certo e do que deu errado. Da primeira vez que fizemos isso, uns dois anos atrás, ninguém gostou. No antigo sistema soviético, você nunca criticava os oficiais em nível de comando de companhia. Eles apenas diziam: "É assim que as coisas são." Agora eles ficam muito nervosos quando não fazemos uma AAR durante um exercício. Mas ainda há pessoas mais velhas que têm muita dificuldade para se adaptar.

**PERGUNTA:** Uma coisa é fazer os militares entenderem o conceito de controle civil das forças armadas. Mas fazer com que os civis entendam isso é outra coisa. Esta questão está sendo abordada?

**RESPOSTA:** É uma faca de dois gumes. O assunto está sendo tratado em lugares como o Marshall Center (George C. Marshall European Center for Security Studies) (Centro Europeu George C. Marshall de Estudos de Segurança), por exemplo, onde há aulas para pessoal civil e militar. Você percebe que há graus variáveis de compreensão em termos do que a sociedade faz ao exercer o controle e a supervisão civil das forças armadas. De modo geral, todos estão aprendendo a se adaptar e estão fazendo as perguntas certas.

Da mesma forma que você percebe que alguns militares estão tendo dificuldades para se adaptar à nova realidade, você tem civis que estão aprendendo quais são as perguntas certas a serem feitas, e quais são

as responsabilidades dos parlamentos. Mas eu acho, de modo geral, que a maioria das pessoas está se movendo na direção certa.

**PERGUNTA:** Que tipos de programa estão ajudando essas pessoas a caminharem na direção certa?

**RESPOSTA:** Há muitos programas. O Congresso dos Estados Unidos, por exemplo, tem um relacionamento com outros parlamentos. O Conselho do Atlântico Norte também tem um relacionamento parlamentar, trazendo congressistas dos Estados Unidos para falar com outros parlamentares. Ministros de vários países também observam exercícios da PFP. Portanto, há uma grande variedade de atividades. Não existe uma única solução.

---

Questões de Democracia Revista Eletrônica da USIA

Vol. 2, Nº 3, Julho de 1997

# Bibliografia

## *Lista Seleccionada de Livros e Artigos Sobre o Relacionamento Entre Civis e Militares*

### **Busza, Eva**

"Transition and Civil Military Relations in Poland and Russia," (A Transição e o Relacionamento Entre Civis e Militares na Polônia e na Rússia) *Communist and Post Communist Studies*, vol. 29, no. 2, June 1996, pp. 167-184.

### **Cimbala, Stephen J.**

*Clinton and Post Cold War Defense* (Clinton e a Defesa no Período Posterior à Guerra Fria), New York: Praeger Press, 1996.

### **Cohen, Eliot A.**

"Civil Military Relations: Are U.S. Forces Overstretched?" (Relações Entre Civis e Militares: As Forças dos Estados Unidos Estão Sendo Empregadas Além do Limite da Sua Capacidade?) *Orbis*, vol. 41, no. 2, Spring 1997, pp. 177-187.

### **Diamond, Larry and Marc F. Plattner**

*Civil Military Relations and Democracy*. (As Relações Entre os Civis e os Militares e a Democracia) Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

### **Donnelly, Chris**

"Defense Transformation in the New Democracies: A Framework for Tackling the Problem," (A Transformação da Defesa nas Novas Democracias: Uma Modelo Para se Enfrentar o Problema) *Nato Review*, no. 1, January 1997.

### **Feaver, Peter D.**

"The Civil Military Problematique (A Problemática Civil Militar): Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control," (e a Questão do Controle Civil) *Armed Forces and Society*, vol. 23, no. 2, Winter 1996, pp. 149-178.

### **Fisher, Louis**

"Congressional Checks on Military Initiatives," (Verificações, Por Parte do Congresso, das Iniciativas Militares) *Political Science Quarterly*, vol. 109, no. 5, Winter 1994-95, pp. 739-762.

### **Frazer, Jendayi**

"Conceptualizing Civil Military Relations During Democratic Transition," (Conceitualização das Relações Entre Civis e Militares Durante a Transição Democrática) *Africa Quarterly*, vol. 42, no. 1-2, 1995, pp. 39-48.

**Goodpaster, Andrew J. and Samuel P.**  
*Huntington Civil Military Relations.* (Relações Entre Civis e Militares) Washington, D.C., American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1977.

**Hendrickson, David C.**  
*Reforming Defense: The State of American Civil Military Relations.* (Reformando a Defesa: A Situação da Relação Entre os Civis e Militares Americanos) Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1988.

**Holmes, H. Allen**  
"Civil Affairs Soldiers Are Crucial to Peace," (Os Soldados de Assuntos Civis São Essenciais Para a Paz) *Defense Issues*, vol. 11, no. 60, June 1996. Este artigo pode ser acessado na Web, no seguinte endereço:  
<http://www.dtic.dla.mil/defenseink/pubs/di96/di1160.html>

**Huntington, Samuel P.**  
"Reforming Civil Military Relations," (Reformando as Relações Entre Civis e Militares) *Journal of Democracy*, vol. 6, no. 4, October 1995, pp. 9-16.

**Huntington, Samuel P.**  
*The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil Military Relations.* (O Soldado e o Estado: A Teoria das Relações Entre Civis e Militares) Bloomington: Indiana University Press, 1959.

**Huntington, Samuel P.**  
"The Ungovernability of Democracy," (A Impossibilidade de Governar a Democracia) *American Enterprise*, vol. 4, November/December 1993, pp. 34-37.

**Johnson, Douglas and Steven Metz**  
"Civil Military Relations in the United States: The State of the Debate," (As Relações Entre Civis e Militares nos Estados Unidos: O Estado do Debate) *Washington Quarterly*, vol. 18, no. 1, Winter 1995, pp. 197-213.

**Kohn, Richard H.**  
"Out of Control: The Crisis in Civil Military Relations," (Fora de Controle: A Crise nas Relações Entre Civis e Militares) *National Interest*, no. 35, Spring 1994, pp. 3-17.

**Metz, Steven and James Kievet**  
*The Revolution in Military Affairs and Conflict Short of War.* (A Revolução nas Questões Militares e Conflitos que não se Configuram como Guerras) Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College Strategic Studies Institute, 1994.

**Miller, Laura L. and Charles Moskos**  
"Humanitarians or Warriors? Race, Gender, and Combat Status in Operation Restore Hope," (Humanitários ou Guerreiros? Situação de Raça, Gênero e Status de Combate na Operação Restaurar Esperança) *Armed Forces and Society*, vol. 21, no. 4, Summer 1995, pp. 615-637.

**Norden, Deborah L.**  
"Redefining Political Military Relations in Latin America: Issues of the New Democratic Era," (Redefinindo as Relações Político Militares na América Latina: Questões da Nova Era Democrática) *Armed Forces and Society*, vol. 22, no. 3, Spring 1996, pp. 419-440.

**Perry, William**  
"Civilian Control of the Military," (Controle Civil das Forças Armadas) Discurso proferido no Ministério da Defesa do Chile explicando como, nas democracias, as forças armadas e todas as necessidades de defesa são submetidas ao controle civil e dele se beneficiam. March 11, 1996, PDQ, Text No. 426837.

**Powell, Colin, John Lehman, William Odom, Samuel Huntington and Richard H. Kohn**  
"Exchange on Civil Military Relations," (Trocando Idéias Sobre as Relações Entre Civis e Militares) *National Interest*, no. 36, Summer 1994, pp. 23-31.

**Sarkesian, Sam C. and Robert E. Connor**  
*America's Armed Forces: A Handbook of Current and Future Capabilities*, (As Forças Armadas da América: Um Manual da Capacidade Atual e Futura) Westport, CT: Greenwood Press, 1996.

**Schiff, Rebecca L.**  
"Civil Military Relations Reconsidered: A Theory of Concordance," *As Relações Entre Civis e Militares Reconsideradas: Uma Teoria de Concordância* *Armed Forces and Society*, vol. 22, no. 1, Fall 1995, pp. 7-24.

**Schulz, Donald E. and Marcella Gabriel**  
*Latin America: The Unfinished Business of Security*, (América Latina: O Caso Não Resolvido de Segurança) Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College Strategic Studies Institute, 1993.

**Smith, Louis B.**  
*American Democracy and Military Power: A Study of Civil Control of the Military Power in the United States*. (A Democracia Americana e o Poderio Militar: Um Estudo do Controle Civil do Poderio Militar nos Estados Unidos) Chicago: University of Chicago Press, 1951.

**Snider, Don and Miranda A. Carlton Carew**  
*U.S. Civil Military Relations: In Crisis or Transition?* (As Relações Entre os Civis e os Militares nos Estados Unidos: Em Crise ou Transição?) Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 1995.

**Trask, David**  
*Democracy and Defense: Civilian Control of the Military in the United States* (Democracia e Defesa: O Controle Civil das Forças Armadas dos Estados Unidos). Washington, D.C.: U.S. Information Agency, April 1993, 48pp.

**Zagorski, Paul**  
*Democracy vs. National Security: Civil Military Relations in Latin America*, (Democracia vs. Segurança Nacional: Relações Entre Civis e Militares na América Latina) Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1992.

.....  
Questões de Democracia Revista Eletrônica da USIA  
Vol. 2, Nº 3, Julho de 1997

# Sites na Internet

## *Sobre Temas Referentes a Democracia e aos Direitos Humanos*

Por favor observe que a USIA não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e nem pela disponibilidade dos recursos relacionados abaixo, que não são da USIA. Os provedores são inteiramente responsáveis pelos mesmos.

### DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS DOS ESTADOS UNIDOS

#### Constituição dos Estados Unidos

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/consteng.htm>

(em francês)

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/constfr.htm>

(em espanhol)

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/constes.htm>

#### Declaração dos Direitos

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/billeng.htm>

(em francês)

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/billfr.htm>

(em espanhol)

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/billes.htm>

#### Declaração da Independência

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/deceng.htm>

(em francês)

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/decfr.htm>

(em espanhol)

<http://www.usia.gov/usa/aboutusa/deces.htm>

#### The Federalist Papers (Os Documentos Federalistas)

[gopher://spinaltap.micro.umn.edu/11/Ebooks/By%20Title/Fedpap](http://spinaltap.micro.umn.edu/11/Ebooks/By%20Title/Fedpap)

### GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

#### Poder Executivo

<http://www.vote-smart.org/executive/>

#### Poder Legislativo

<http://www.vote-smart.org/congress/>

#### Senado dos Estados Unidos

<http://www.senate.gov>

#### Câmara dos Deputados dos Estados Unidos (U.S. House of Representatives)

<http://www.house.gov>

## **Poder Judiciário**

<http://www.vote-smart.org/judiciary/>

## **The Cabinet**

<http://www.usia.gov/usa/cabinet/na0.htm>

### **The Cabinet (O Ministério)**

<http://www.usia.gov/usa/cabinet/na0.htm>

### **Departamentos em Nível Ministerial**

<http://www.usia.gov/usa/links.htm>

## **SITES RELACIONADOS, DE ORGANIZAÇÕES DEDICADAS ÀS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES**

### **DemocracyNet**

<http://www.ned.org/>

A homepage do National Endowment for Democracy (NED), (Fundo Nacional Para a Democracia), uma organização privada, sem fins lucrativos, que se destina a criar fundos, criada em 1983 para fortalecer as instituições democráticas no mundo inteiro. Através do seu International Forum for Democratic Studies (Forum Internacional de Estudos Democráticos) ([http://www.ned.org/page\\_1/forumbro.html](http://www.ned.org/page_1/forumbro.html)) e da sua publicação, o Journal of Democracy ([http://caliopo.jhu.edu/journals/journal\\_of\\_democracy/](http://caliopo.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/)), a organização conduz análises da teoria e prática do desenvolvimento democrático no mundo inteiro e funciona como ponto de referência e distribuição de informação, incluído o recém publicado título "Civil Military Relations and Democracy" (Relações Entre Civis e Militares e Democracia). <http://www.ned.org/>

### **The George C. Marshall European Center for Security Studies (Centro Europeu George C. Marshall de Estudos de Segurança)**

<http://www.marshall.adsn.int/marshall.html>

O Centro é dedicado a estabilizar e, portanto, a fortalecer a Europa do período posterior à Guerra Fria. Especificamente, ele ajuda os ministérios da defesa e das relações exteriores das democracias incipientes da Europa a desenvolver organizações e sistemas de segurança nacional que reflitam os princípios democráticos.

### **The Institute for National Strategic Studies (INSS) (Instituto Nacional de Estudos Estratégicos)**

<http://www.ndu.edu/ndu/inss/insshp.html>

O INSS é um instituto de pesquisa inter-disciplinar formado por analistas civis de alto nível de todos os quatro ramos das forças armadas. O diretor do INSS se reporta, através do presidente da National Defense University (Universidade Nacional de Defesa), ao presidente e ao vice-presidente do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (Joint Chiefs of Staff) e ao secretário e vice-secretário de defesa.

### **International Forum for Democratic Studies (Fórum Internacional de Estudos Democráticos)**

[http://www.ned.org/page\\_1/forumbro.html](http://www.ned.org/page_1/forumbro.html)

O Fórum Internacional de Estudos Democráticos funciona como um dos principais centros de análise da teoria e prática do desenvolvimento democrático no mundo inteiro. O Fórum patrocina seminários sobre tópicos como "Civil Military Relations and the Consolidation of Democracy" (Relações Entre Civis e Militares e a Consolidação da Democracia)

### **International Relations and Security Network (ISN) (Rede de Relações Internacionais e Segurança)**

<http://www.isn.ethz.ch/>

A ISN é uma fonte de informações, diariamente atualizada e que pode ser objeto de buscas, sobre recursos nos campos dos estudos de segurança e defesa, estudos sobre a paz e conflitos, e relações internacionais. A ISN é organizada em listagens por assunto e região. Ela cobre assuntos atuais e possui links com instituições de pesquisa afins. Dispositivos especiais de busca incluem uma agenda de conferências e um registro de listas de discussões eletrônicas.

### **The Joint Services Conference on Professional Ethics (JSCOPE) (Conferência Conjunta das Forças Armadas Sobre Ética Profissional)**

<http://www.duke.edu/jscope/>

Trata-se de uma organização de oficiais das forças armadas e acadêmicos, formada para discutir

questões éticas referentes às forças armadas. A JSCOPE existe graças ao compromisso dos seus membros com a ética profissional militar e ao contínuo interesse dos comandantes das forças armadas em apoiar o envolvimento dos seus membros. A ênfase da JSCOPE está na análise, discussão e educação, com o intuito de identificar e esclarecer os princípios éticos que devem nortear as ações dos profissionais das forças armadas.

### **Latin-American Civil-Military Listserv (LATAMCM-L)**

<http://paladin.american.edu/academic.depts/sis/democracyla/latamcml.htm>

Um fórum eletrônico para o diálogo interativo entre acadêmicos, profissionais, e outros indivíduos interessados no estudo das relações entre civis e militares, segurança regional, e manutenção de paz no hemisfério ocidental. Trata-se de um fórum aberto no qual os participantes podem discutir questões de interesse mútuo e expressar suas idéias livremente, em inglês, espanhol ou português.

### **Homepage da OTAN**

<http://www.nato.int/>

### **Partnership for Peace (PFP) (Parceria Para a Paz)**

<http://www.nato.int/pfp/pfp.htm>

A Parceria Para a Paz (PFP) é uma grande iniciativa apresentada pela OTAN na cúpula de Bruxelas em 1994. A Parceria está trabalhando no sentido de expandir e intensificar a cooperação política e militar através da Europa, aumentar a estabilidade, diminuir as ameaças à paz, e construir relações fortalecidas, promovendo o espírito de cooperação prática e o compromisso com os princípios democráticos que formam a base de sustentação da Aliança.

### **Research Project on the U.S. Military in Post-Cold War American Society (Projeto de Pesquisa Sobre as Forças Armadas dos Estados)**

<http://hdc-www.harvard.edu/cfia/olin/civmil.htm>

Unidos na Sociedade Americana do Período Posterior à Guerra Fria) O John M. Olin Institute for Strategic Studies at Harvard University (Instituto John M. Olin de Estudos Estratégicos na Universidade de Harvard) está conduzindo um

grande projeto de pesquisa sobre "As Forças Armadas dos Estados Unidos na Sociedade Americana do Período Posterior à Guerra Fria", que deverá explorar, além de outras coisas: conflitos entre os líderes civis e os líderes militares, a interpretação civil vs. a interpretação militar de projeção de força, o uso das forças armadas em funções não tradicionais, cortes nos gastos militares, e a recente politização de personalidades militares e da organização militar.

### **The U.S. Army John F. Kennedy Special Warfare Center and School (Centro e Escola John F. Kennedy do Exército dos Estados Unidos, Para Técnicas Especiais de Guerra)**

[http://users.aol.com/armysof1/ca\\_dept.html](http://users.aol.com/armysof1/ca_dept.html)

O Departamento de Assuntos Civis (Civil Affairs Department) do John F. Kennedy Special Warfare Center and School tem a finalidade de instruir a doutrina contemporânea de assuntos civis a ser usada em todos os níveis de conflito. A instrução é elaborada e apresentada para um público alvo diversificado de alunos. Embora a maioria dos alunos seja oriunda de unidades de reserva de assuntos civis, o departamento também treina elementos das Forças Especiais, forças de operações especiais, oficiais das áreas de política externa, oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos e das forças armadas de outros países, em cursos que variam desde "Defesa Interna e Desenvolvimento" até "Assuntos Civis em Conflitos de Alta Intensidade"

### **The United States Atlantic Command (USACOM) (Comando Atlântico dos Estados Unidos)**

<http://www.acom.mil/>

A missão do USACOM é apoiar e promover os interesses e políticas dos Estados Unidos na área de responsabilidade a ele atribuída; prover, aos comandantes em chefe dos Estados Unidos, em tempo de guerra, de forças de terra, mar e ar, prontas para entrar em combate; conduzir operações, unilateralmente ou em conjunto com parceiros de coalizão; e treinar forças como unidades conjuntas.

.....  
Questões de Democracia Revista Eletrônica da USIA

Vol. 2, Nº 3, Julho de 1997

# Questões da Democracia

Revista  
Eletrônica  
da  
USIA

Julho  
de  
1997

Vol. 2 No. 3

*Relações Entre  
O Meio Civil E O  
Meio Militar Em  
Uma Democracia*

